

**EDUCACIÓN Y TRABAJO DOCENTE EN EL ESCENARIO  
LATINOAMERICANO: ENTRE LA MERCANTILIZACIÓN Y LA  
DEMOCRATIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO<sup>1</sup>**

**TEACHER EDUCATION AND WORK IN THE AMERICAN SCENE:  
COMMODIFICATION BETWEEN KNOWLEDGE AND  
DEMOCRATISATION**

*Andréia Nunes Militão<sup>2</sup>*

Na sociedade contemporânea as investigações sobre trabalho docente têm adquirido maior espaço nas universidades, seja por constituir-se numa demanda dos movimentos sociais educacionais, seja por tratar-se de tema que ainda carece ser descortinado. A intensificação do trabalho docente na atualidade provoca a necessidade de buscarmos uma definição que dê conta de sua abrangência.

Dessa maneira, a acepção de trabalho docente como “uma categoria que abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação, nas suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades, quanto às atividades laborais realizadas” é feita por Dalila Oliveira no Dicionário “Trabalho, profissão e condição docente”. Para a autora, o “trabalho docente” não se restringe ao trabalho realizado no interior da sala de aula, ou seja, abrange “todo ato de realização no processo educativo”.

A obra em tela, compilada por Dalila Andrade Oliveira, Myriam Feldfeber e Ronal Garnelo Escobar, composta por 12 capítulos, sendo dois apresentados em língua portuguesa e os demais em espanhol, totalizando 282 páginas, fornece elementos para avançarmos na área.

---

<sup>1</sup> Resenha livre da obra OLIVEIRA, D. A.; FELDFEBER, M.; ESCOBAR, R. G. (Comp.). *Educación y trabajo docente en el escenario latinoamericano: entre la mercantilización y la democratización del conocimiento*. Lima/Perú: Asociación Civil Universidad de Ciencias y Humanidades, Fondo Editorial, 2012.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/UNESP: Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Políticas Públicas e Espaço Escolar (GPFOPE); Bolsista FAPESP. Email: andreianmilitao@terra.com.br.

A leitura da é indicada a pesquisadores da área educacional, em especial, aqueles que vêm se debruçando em torno de investigações sobre trabalho docente, condições de trabalho e políticas públicas. Indica-se à leitura aos dirigentes e militantes do setor educacional, visando municiá-los de informações acerca dos rebatimentos das políticas de corte neoliberal sobre o trabalho docente.

A temática central da obra concentra-se na discussão do trabalho docente, abrangendo o cenário da América Latina. Neste sentido, a obra ilumina a compreensão das articulações entre as reformas educacionais ocorridas nos sistemas educacionais em diferentes países, particularmente, no que se refere ao trabalho dos professores.

No primeiro capítulo *Políticas educacionales y regulaciones del trabajo docente*, Álvaro Moreira Hypólito examina os efeitos das políticas de corte neoliberal sobre o trabalho docente, detendo-se particularmente aos efeitos que a criação de sistemas de avaliação externas, articulados com outros mecanismos interferem de forma incisiva o trabalho cotidiano do professor.

Para o pesquisador, na década de 1990, foi possível demarcar como essa política de viés neoliberal passou a influenciar os programas de formação inicial, incidindo sobremaneira sobre o trabalho docente. O autor chama a atenção para similaridade de processos nos países da América Latina e de forma estendida aos demais países.

Complementa esta abordagem com uma análise nas propostas de *regulação* do trabalho docente realizadas no Rio Grande do Sul, na esteira de reestruturação da administração pública, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Destaca as semelhanças das políticas públicas educacionais do Brasil com outros países, marcadas pelo elevado grau de descentralização administrativa, acompanhada de centralização de definições curriculares, incentivadas por políticas de avaliação externa em diferentes níveis.

Na sequência, o texto *La maquina gerencial y el espíritu del trabajo docente: los significados del trabajo docente em el contexto de las políticas de evaluación en Chile* de Vicente Sisto, Luis Ahumada e Carmen Montecinos aborda o trabalho docente na sociedade chilena detendo-se nas consequências da política neoliberal e das práticas gerencialistas implantadas, sobretudo, após a década de 1990. Os autores apontam que o Chile se constituiu como um dos países que mais prontamente e, de forma intensa, implantou as políticas de inspiração neoliberal na área educacional.

Os autores descrevem o sistema de avaliação da educação desse país e como este interfere no trabalho docente e ainda como os próprios professores percebem a natureza

de seu trabalho. Para esta construção, utilizaram-se de um estudo quantitativo e outro qualitativo abordando a construção da identidade profissional docente.

Concluem que existe uma tensão permanente entre as avaliações externas estandarizadas e o controle por resultados com as percepções locais que as acusam de desconhecer a realidade ou desconsiderar as particularidades e também de ignorar o saber docente e sua possibilidade de construção autônoma.

Roxana Peraza apresenta no capítulo *Regulan los estatutos docentes? Una aproximación al caso argentino*, uma análise da regulação do trabalho docente, partindo da percepção de que o papel do Estado é fundamental para definir a política desta área, seja para atender as demandas dos docentes, seja as demandas dos sistemas educativos.

Historicizando o caso argentino destaca que a normatização nacional da carreira docente após 1958 serviu de marco orientador dos governos provinciais. Em seguida, insere nesse contexto três questões em debate na atualidade: avaliação de desempenho, formação docente e acesso ao cargo via concursos, explorando seus diferentes aspectos.

*Las políticas de evaluación docente y sus impactos* é o tema abordado por Edgar Isch, no quarto capítulo. O pesquisador parte da premissa de que as políticas de inspiração neoliberal permanecem influenciando as ações nacionais na área educacional, ao mesmo tempo em que se inspiram movimentos de resistência à sua aplicação.

Nesse contexto, apresentam os mecanismos de avaliação dos docentes como mecanismos para responsabilizar os professores pela qualidade da educação, eximindo o sistema econômico e o sistema educacional dessas responsabilidades.

O autor demonstra que as avaliações estandarizadas não devem ser consideradas como parâmetro único da promoção da qualidade da educação. Amparado por estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia (UNESCO) em 2006, abrangendo 50 países da Europa e América Latina, conclui que é possível criar um sistema educativo de qualidade sem avaliação externa dos docentes. Portanto, as atuais políticas de avaliação docente são apontadas pelo autor como inadequadas porque, em geral, se concentram em aspectos específicos sem levar em conta o sistema educacional em seu conjunto.

Em “Políticas educativas e a carreira docente na contemporaneidade” Eliza Bartolozzi, além de analisar as reformas educativas deflagradas no final do século XX, detêm-se no debate sobre a profissionalização docente. Referenciada em Tardif e Lessard, destaca

elementos que apontam para um crescente processo de profissionalização docente que se colocou nos últimos 50 anos, à medida que se ampliou a obrigatoriedade escolar.

Por fim, apresenta dados de pesquisa empírica realizada no Espírito Santo, que teve por objetivo identificar as condições de trabalho dos professores da educação básica. Com base nesses dados, concluí que as reformas educacionais da década de 1990 tiveram, entre suas conseqüências, a manutenção dos contratos de professores temporários como forma de redução de custos, o aumento do nível de formação inicial e a manutenção de salários baixos, complementados por premiações atreladas à produtividade. Identifica, ainda, elementos que apontam para maior profissionalização docente nos termos apresentados.

Celso João Ferretti, abordando igualmente a questão da profissionalização docente, aprofunda a reflexão sobre a o conceito e proletarização. Considerando a temática polêmica entre os estudiosos da área, busca referência de diferentes autores para problematizar a questão, sintetizando um rico debate sobre o tema. Conclui que não existe na atual situação do trabalho do professor as condições para a sua não proletarização.

A análise de José David Alarid Dieguez no capítulo *El magisterio mexicano y el SNTE ante las transformaciones del trabajo docente en México* trata da atuação do sindicato dos professores daquele país diante das reformas educativas realizadas em articulação com o governo federal.

Examina as características da chamada *carrera magisterial* que induz as mudanças nas condições de trabalho dos docentes mexicanos promovendo, desta forma, sua descentralização e flexibilização. A qual inseriu mecanismos de avaliação de rendimento do trabalho docente que servem de base para diferenciação salarial.

Nesse quadro, foi criada a “Aliança para a Qualidade da Educação”, envolvendo o Governo Federal e o Sindicato dos professores (SNTE). Com o objetivo de fortalecer a qualidade e estimular o mérito individual dos professores medido, sobretudo, pelos resultados dos alunos em testes padronizados de avaliação externa, implantando mudanças na carreira do magistério.

Descreve o processo de formulação e implantação dessas mudanças e aponta as divergências internas do movimento sindical ante às reformas, caracterizadas por um forte viés de aprofundamento da perspectiva neoliberal para carreira docente, ampliando reformas iniciadas na década de 1980.

O capítulo *Organizaciones sindicales docentes: heterogeneidad, fragmentación y potencial de lucha en Minas Gerais* de Savana Diniz Gomes Melo também

aborda a temática de atuação sindical diante das reformas educacionais focalizando quatro sindicatos que atuam na representação dos professores da cidade de Belo Horizonte.

Inicialmente a investigadora realiza uma densa descrição de cada uma dessas organizações sindicais, abordando o surgimento de cada uma, a base territorial, o perfil dos filiados, as relações de poder, as vinculações político-partidárias, as fontes de financiamento, as demandas do filiados, as ações de formação política, os posicionamentos sobre a política educacional e as reivindicações dos professores.

Termina apontando as dificuldades e desafios dessas organizações sindicais e concluí que existe uma complexificação da categoria docente representada, sendo que os sindicatos apresentam pouca influencia sobre as políticas de reformas implantadas nas últimas décadas. Apesar das lutas empreendidas pelos docentes e seus sindicatos, os resultados se apresentam pouco expressivos no sentido de pouco implicar no rumo das reformas educacionais.

María de la Luz Arriaga Lemus em *Trabajo docente en la Universidad Nacional Autónoma de México* mostra quais são os impactos mais relevantes que as políticas neoliberais dos últimos 20 anos têm ocasionado no trabalho docente da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

Inicia o capítulo, descrevendo algumas características da UNAM, contextualizando sua importância no contexto do ensino superior mexicano. Para, em seguida, caracterizar elementos do trabalho docente, particularmente o pagamento por produtividade e o processo de avaliação. Finaliza destacando os impactos negativos para a universidade e para o país causados por esse modelo de organização imposto ao trabalho docente, que descaracteriza a essência do que deveria ser este trabalho.

Milton Vidal Rojas e Jorge Vidal Bueno, no capítulo *El trabajo docente en las universidades latinoamericanas: el caso de los “profesores de taxi” (o por honorarios) en Chile*, descrevem as características gerais de oferta do ensino superior chileno nas últimas duas décadas para, depois, abordar o modelo de contratação dos professores universitários, centrando-se em dados quantitativos que indicam as formas de trabalho nas universidades daquele país. Expõem a contradição entre a forma de contratação por tempo parcial, com pagamento por horas de trabalho, com a concepção do professor como um intelectual. Por fim, critica a falta de informação sobre as condições de trabalho docente, o que tem implicações negativas para a pesquisa e também para a elaboração de políticas públicas.

Deise Mancebo, no capítulo 11, trata da temática *Trabajo docente en la universidad: discutiendo la productividad académica en Brasil* continua a temática do trabalho docente na universidade. Descreve o contexto de reformas que levam a privatização de expressivo segmento do ensino superior no Brasil, fenômeno que também tem seus reflexos no setor público que se vê instigado a buscar parcerias com a iniciativa privada para complementar a insuficiência de fundos públicos para custear seu funcionamento.

Partindo da descrição do cenário do ensino superior no Brasil e, do sistema pós-graduação, historicamente estruturado, reflete sobre a relação entre a produção de conhecimento e a produtividade acadêmica, concluindo que existe uma excessiva burocratização de todo o processo submetido ao controle público e privado que acaba por impedir a produção verdadeiramente criativa e inovadora.

De autoria de María del Rosario Badano, o último capítulo *Reflexibilidad y producción de conocimientos en la universidad pública* trata da produção de conhecimento na universidade, em especial, no campo das Ciências Sociais, marcada fortemente por influência européia. Para Badano, torna-se necessário reinventar um modo de perpetrar as ciências sociais centrada nas necessidades da realidade latino-americana.

Pelo exposto, consideramos a leitura da obra fundamental para os estudiosos da área e também para militantes e sindicalistas, sobretudo, por trazer um panorama da educação e do trabalho docente no contexto da América Latina.

Em que pese as particularidades de cada país analisado na presente obra, é claramente identificável uma grande similaridade entre as situações retratadas e as conclusões dos diferentes autores, deixando transparecer a influência das políticas ditadas por uma lógica externa, caracterizadas de forma genérica como “políticas neoliberais”, que na prática cotidiana dos professores são concretamente percebidas pela ampliação dos mecanismos de controle, vinculados a políticas de remuneração diferenciadas, baseadas em mecanismos de avaliação contestáveis sob o ponto de vista de melhoria de qualidade do ensino, porém largamente utilizadas.

Recebido em março de 2013.

Aprovado em junho de 2013.